

Documento preparatório do Sinodo para a Amazônia: "Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral"

Documento preparatório do Sinodo para a Amazônia



Documento preparatório do Sinodo para a Amazônia Amazônia: Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral”

Preâmbulo

De acordo com o anúncio do Papa Francisco, no dia 15 de outubro de 2017, a Assembleia Especial do Sinodo dos Bispos para refletir sobre o tema: *Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral* se realizará em outubro de 2019. Esses novos caminhos de evangelização devem ser elaborados para e com o povo de Deus que habita nessa região: habitantes de comunidades e zonas rurais, de cidades e grandes metrópoles, ribeirinhos, migrantes e deslocados e, especialmente, para e com os povos indígenas.¹

Na selva amazônica, que é de vital importância para o planeta Terra, desencadeou-se uma profunda crise, devido uma prolongada intervenção humana na qual predomina a «cultura do descarte» (LS 16) e a mentalidade extrativista. A Amazônia, uma região com rica biodiversidade, é multiétnica, pluricultural e plurirreligiosa, um espelho de toda a humanidade que, em defesa da vida, exige mudanças estruturais e pessoais de todos os seres humanos, dos Estados e da Igreja.

As reflexões do Sinodo Especial superam o âmbito estritamente eclesial amazônico, por serem relevantes para a Igreja universal e para o futuro de todo o planeta. Partimos de um território específico, do qual se quer fazer uma ponte para outros biomas essenciais do nosso mundo: Bacia Fluvial do Congo, corredor biológico mesoamericano, florestas tropicais da Ásia Pacífica e Aquífero Guarani, entre outros.

Também para a Igreja universal é de vital importância escutar os povos indígenas e todas as comunidades que vivem na Amazônia, como os primeiros interlocutores deste Sinodo. Por causa disso, precisamos de convivência mais próxima. Queremos saber como imaginam um “futuro tranquilo” e o “bem viver” para as futuras gerações. Como podemos colaborar na construção de um mundo capaz de romper com as estruturas que sacrificam a vida e com as mentalidades de

colonização para construir redes de solidariedade e interculturalidade? Sobretudo queremos saber: Qual é a missão específica da Igreja, hoje, diante desta realidade?

Este Documento Preparatório está dividido em três partes correspondentes ao método “ver, julgar (discernir) e agir”. Ao final do texto, encontram-se perguntas que permitem o diálogo e a progressiva aproximação à realidade e à expectativa regional de uma «cultura do encontro» (EG 220). Os novos caminhos para a evangelização e para modelar uma Igreja com rosto amazônico passam pelas veredas dessa «cultura do encontro» na vida cotidiana, «em uma harmonia pluriforme» (EG 220) e «sobriedade feliz» (LS 224-225), como contribuições para a construção do Reino.

I. VER. IDENTIDADE E CLAMORES DA PAN-AMAZÔNIA²

1. O território

A bacia amazônica representa para nosso planeta uma das maiores reservas de biodiversidade (30 a 50% da flora e fauna do mundo), de água doce (20% da água doce não congelada de todo o planeta), e possui mais de um terço das florestas primárias do planeta. Também a captação do carbono pela Amazônia é significativa, embora os oceanos sejam os maiores captadores de carbono. São mais de sete milhões e meio de quilômetros quadrados, com nove países que fazem parte deste grande bioma que é a Amazônia (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela, incluindo a Guiana Francesa como território ultramar).

A denominada “Ilha Guiana”, delimitada pelos rios Orinoco e Negro, pelo Amazonas e pelas costas Atlânticas da América do Sul, entre as desembocaduras do Orinoco e do Amazonas, faz também parte deste território. Outros espaços compõem igualmente o território porque se encontram, por causa de sua proximidade, sob a influência climática e geográfica da Amazônia.

Sem dúvida, esses dados não representam uma região homogênea. Observamos que a Amazônia abriga muitos tipos de “Amazônia”. Nesse contexto, é a água, através de suas cachoeiras, rios e lagos, que representa o elemento articulador e integrador, tendo como eixo principal o Amazonas, o rio mãe e pai de todos. Num território tão diverso, pode-se imaginar que os diferentes grupos humanos que o habitam precisavam adaptar-se às distintas realidades geográficas, ecossistêmicas e políticas.

Durante muitos séculos, o trabalho da Igreja Católica na Amazônia procurou dar respostas a esses diferentes contextos humanos e ambientais.

2. Diversidade sociocultural

Dadas as proporções geográficas, a Amazônia é uma região na qual vivem e convivem povos e culturas diversas, e com modos de vida diferentes.

A ocupação demográfica da Amazônia antecede o processo colonizador por milênios. Por uma questão de sobrevivência que incluía as atividades de caça, pesca e o cultivo na várzea, até

a colonização, o predomínio demográfico na Amazônia concentrava-se às margens dos grandes rios e lagos. Com a colonização, e com a escravidão indígena, muitos povos abandonaram esses sítios e se refugiaram no interior da selva. Desta maneira, teve início durante a primeira fase da colonização um processo de substituição populacional, com uma nova concentração demográfica às margens dos rios e lagos.

Além das circunstâncias históricas, os povos das águas, neste caso, da Amazônia, sempre tiveram em comum a relação de interdependência com os recursos hídricos. Por isso, os camponeses da Amazônia e suas famílias utilizam as várzeas, em sintonia com o movimento cíclico de seus rios – inundação, refluxo e período de seca –, numa relação de respeito por entenderem que “a vida dirige o rio” e “o rio dirige a vida”. Ademais, os povos da selva, recolhedores e caçadores por excelência, sobrevivem com aquilo que a terra e a floresta lhes oferecem. Esses povos vigiam os rios e cuidam da terra, da mesma maneira que a terra cuida deles. São os protetores da selva e de seus recursos.

Sem embargo, hoje, a riqueza da selva e dos rios da Amazônia está ameaçada pelos grandes interesses econômicos que se alastram sobre diferentes regiões do território. Tais interesses provocam, entre outras coisas, a intensificação do desmatamento indiscriminado na selva, a contaminação dos rios, lagos e afluentes (por causa do uso indiscriminado de agrotóxicos, derrame de petróleo, mineração legal e ilegal, e dos derivados da produção de drogas). A tudo isso, soma-se o narcotráfico, pondo em risco a sobrevivência dos povos que, nesses territórios, dependem de recursos animais e vegetais.

Por outro lado, as cidades da Amazônia cresceram muito rapidamente, e integraram muitos migrantes, forçosamente deslocados de suas terras, empurrados até as periferias dos grandes centros urbanos que avançam selva adentro. Em sua maioria são povos indígenas, ribeirinhos e afrodescendentes expulsos pela mineração ilegal e legal ou pela indústria de extração petrolífera; são encurralados pela expansão da exploração da madeira e representam os mais flagelados pelos conflitos agrários e socioambientais. As cidades também se caracterizam pelas desigualdades sociais. A pobreza produzida ao largo da história gerou relações de subordinação, de violência política e institucional, aumento do consumo de álcool e drogas – tanto nas cidades como nas comunidades –, e representa uma ferida profunda nos corpos dos povos amazônicos.

Os movimentos migratórios mais recentes na região amazônica estão caracterizados sobretudo pela mobilização de indígenas de seus territórios originários para as cidades. Atualmente, entre 70% e 80% da população da Pan-Amazônia vive nas cidades. Muitos indígenas estão sem documentos ou irregulares; são refugiados, ribeirinhos, ou pertencem a outros grupos de pessoas vulneráveis. Em consequência desse fluxo migratório, cresce em toda a Amazônia uma atitude de xenofobia e de criminalização dos migrantes e deslocados. Tudo isso dá lugar à exploração dos povos da Amazônia, vítimas de mudança de valores decorrentes da economia mundial, na qual prevalece o valor lucrativo sobre a dignidade humana. Um exemplo disso é o crescimento dramático do tráfico de pessoas, especialmente o de mulheres, para fins de exploração sexual e comercial. Elas perdem seu protagonismo nos processos de transformação social, econômica, cultural, ecológica, religiosa e política em suas comunidades.

Em resumo, o crescimento desmedido das atividades agropecuárias, extrativistas e madeireiras da Amazônia, não só danificou a riqueza ecológica da região, de suas florestas e de suas águas, mas também empobreceu sua riqueza social e cultural, forçando um desenvolvimento urbano não “integral” nem “inclusivo” da bacia Amazônica. Como resposta a essa situação, nota-se um crescimento das capacidades de organização e um avanço da sociedade civil, com atenção particular às problemáticas ambientais. No campo das relações sociais, apesar de limitações, a Igreja Católica desenvolveu em geral um trabalho significativo, fortalecendo seus próprios caminhos a partir de sua presença encarnada e de sua criatividade pastoral e social.

3. Identidade dos povos indígenas

Nos nove países que compõem a Pan-Amazônia, registra-se uma presença aproximada de três milhões indígenas, constituída por cerca de 390 povos e nacionalidades diferentes. Vivem nesse território também, segundo dados de instituições especializadas da Igreja (por exemplo, o *Conselho Indigenista Missionário do Brasil/CIMI*) e outras, entre 110 e 130 “povos livres”, ou “Povos Indígenas em Situação de Isolamento Voluntário”. Além disso, nos últimos tempos, surge uma nova situação, constituída pelos indígenas que vivem no tecido urbano; alguns reconhecidos como tais, e outros, que desaparecem nesse contexto e, por isso, são chamados “invisíveis”. Cada um desses povos representa uma identidade cultural particular, uma riqueza histórica específica e um modo próprio de ver o mundo, e de relacionar-se com este, a partir de sua cosmovisão e territorialidade específica.

Além das ameaças que emergem do interior de suas próprias culturas, os povos indígenas viveram desde os primeiros contatos com os colonizadores fortes ameaças externas (cf. *LS 143, DAp 90*). Para enfrentá-las, os povos indígenas e comunidades amazônicas se organizaram e se organizam, lutam em defesa de suas vidas e culturas, seus territórios e direitos, da vida do universo e de toda a criação. Os mais vulneráveis são, sem dúvida, os “Povos Indígenas em Situação de Isolamento Voluntário”, que não têm instrumentos de diálogo e negociação com os atores externos que invadem seus territórios.

Alguns “não indígenas” têm dificuldade de compreender a alteridade indígena e, muitas vezes, não respeitam a diferença do outro. Diz o *Documento de Aparecida* sobre a falta de respeito aos indígenas e afro-americanos: «A sociedade tende a menosprezá-los, desconhecendo o porquê de suas diferenças. Sua situação social está marcada pela exclusão e a pobreza » (*DAp 89*). No entanto, segundo a afirmação do Papa Francisco em Puerto Maldonado: «A sua visão do mundo, a sua sabedoria, têm muito para ensinar a nós que não pertencemos à sua cultura. Todos os esforços que fizermos para melhorar a vida dos povos amazônicos serão sempre poucos» (*Fr.PM*).

Nos últimos anos, os povos indígenas começaram a escrever sua própria história e a descrever de maneira mais formal suas próprias culturas, costumes, tradições e saberes. Escreveram sobre o ensino que receberam da parte de seus antepassados, pais e avós, que são memórias pessoais e coletivas. Hoje, o ser indígena não se deduz somente da pertença étnica. Esse ser se refere também à capacidade de manter a identidade sem se isolar das sociedades que o rodeiam e com as quais interage.

Face a esse processo de interação, surgem organizações indígenas que buscam o fortalecimento da história de seus povos, para orientar a luta pela autonomia e autodeterminação: «é justo reconhecer a existência de esperanças iniciativas que surgem das vossas próprias bases e organizações, procurando fazer com que os próprios povos originários e as comunidades sejam os guardiões das florestas e que os recursos produzidos pela sua conservação revertam em benefício das vossas famílias, na melhoria das vossas condições de vida, da saúde e da instrução das vossas comunidades» (*Fr. PM*). Por conseguinte, nenhuma iniciativa pode ignorar que a relação de pertença e participação que os habitantes amazônicos estabelecem com a criação faz parte de sua identidade e contrasta com uma visão mercantilista dos bens da criação (cf. *LS 38*).

Em muitos desses contextos, a Igreja Católica está presente através de missionários e missionárias comprometidos com as causas dos povos indígenas e amazônicos.

4. Memória histórica eclesial

O início da memória histórica da presença da Igreja na Amazônia situa-se no cenário da ocupação colonial da Espanha e de Portugal. A incorporação do imenso território amazônico na sociedade colonial, com sua posterior apropriação por parte dos Estados nacionais, transcorreu num longo processo, de mais de quatro séculos. Até o início do século XX, as vozes em defesa dos povos indígenas eram frágeis, embora não ausentes (cf. Pio X, Carta Encíclica *Lacrimabili Statu* 7.6.1912). Com o Concílio Vaticano II, essas vozes se fortaleceram. Para estimular “o processo de mudança através dos valores evangélicos”, a II Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1968), em sua *Mensagem aos Povos da América Latina*, lembrou que «apesar de suas limitações », a Igreja «viveu com nossos povos o problema da colonização, libertação e organização». E a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla (1979), nos lembrou que a ocupação e colonização do território de Ameríndia foi «um agigantado processo de dominações», cheio de «contradições e dilacerações» (DP 6). E, mais tarde, a IV Conferência de Santo Domingo (1992) nos advertiu sobre «um dos episódios mais tristes da história latino-americana e caribenha», que «foi o traslado forçado, como escravos, de um enorme número de africanos». São João Paulo II chamou este deslocamento de um «holocausto desconhecido do qual participaram batizados que não viveram a sua fé» (DSD 20; cf. João Paulo II, *Discurso à comunidade católica da Ilha de Gorée, Senegal, 22.02.1992, n.3; Mensagem aos Afro-americanos, Santo Domingo, 13.10.1992, n.2*). Por essa «ofensa escandalosa para a história da humanidade» (DSD 20), o Papa e os delegados em Santo Domingo pediram perdão.

Lamentavelmente, ainda hoje existem restos do projeto colonizador que criou manifestações de inferiorização e demonização das culturas indígenas. Tais resquícios debilitam as estruturas sociais indígenas e permitem o desprezo de seus saberes intelectuais e de seus meios de expressão. O que assusta é que até hoje, 500 anos depois da conquista e depois de mais ou menos 400 anos de missão e evangelização organizada, e depois de 200 anos da independência dos países que configuram a Pan-Amazônia, processos semelhantes continuam-se alastrando sobre o território e seus habitantes, hoje vítimas de um novo colonialismo feroz com máscara de progresso. Com razão, o Papa Francisco afirmou em Puerto Maldonado: «Provavelmente, nunca os povos originários amazônicos estiveram tão ameaçados nos seus territórios com o estão agora». Hoje, por causa da ofensa escandalosa desses novos colonialismos, «a Amazônia é uma terra disputada em várias frentes» (Fr.PM).

Em sua história missionária, a Amazônia tem sido lugar de testemunho concreto de estar na cruz, inclusive, muitas vezes, lugar de martírio. A Igreja também aprendeu que, nesse território, habitado por mais de dez mil anos por uma grande diversidade de povos, suas culturas se construíram em harmonia com o meio ambiente. As culturas pré-colombianas ofereceram ao cristianismo ibérico que acompanhava os conquistadores múltiplas pontes e conexões possíveis «como a abertura à ação de Deus, o sentido da gratidão pelos frutos da terra, o caráter sagrado da vida humana e a valorização da família, o sentido de solidariedade e a corresponsabilidade no trabalho comum, a importância do culto, a crença em uma vida ultraterrena e tantos outros valores» (DSD 17).

5. Justiça e direitos dos povos

Em sua visita a Puerto Maldonado, o Papa Francisco pediu que se transforme o paradigma histórico em que os Estados veem a Amazônia como despensa de recursos naturais, “sem ter em conta os seus habitantes” (Fr.PM) e sem se preocupar com a destruição da natureza. As relações harmoniosas entre o Deus Criador, os seres humanos e a natureza estão quebradas por causa dos

efeitos nocivos do neoextrativismo e por pressão dos grandes interesses econômicos que exploram o petróleo, o gás, a madeira, o ouro, e pela construção de obras de infraestrutura (por exemplo: megaprojetos hidrelétricos, eixos viários, como rodoviárias interoceânicas) e pelas monoculturas agroindustriais (cf. *Fr.PM*).

A cultura dominante de consumo e de descarte converte o planeta num lixão. O Papa denuncia esse modelo de desenvolvimento anônimo, asfixiante, sem mãe, com sua obsessão pelo consumo e seus ídolos de dinheiro e poder. Impõem-se novos colonialismos ideológicos disfarçados pelo mito do progresso que destroem as identidades culturais próprias. Francisco apela à defesa das culturas e à apropriação de sua herança, que é portadora da sabedoria ancestral. Essa herança propõe uma relação harmoniosa entre a natureza e o Criador e expressa com clareza que «a defesa da terra não tem outra finalidade senão a defesa da vida» (*Fr.PM*). A terra deve conservar-se terra santa: «Esta não é uma terra órfã! Tem Mãe!» (*Fr.EP*).

Por outra parte, a ameaça contra os territórios amazônicos «também vem da perversão de certas políticas que promovem a `conservação´ da natureza sem ter em conta o ser humano, nomeadamente vós, irmãos amazônicos que a habitais» (*Fr.PM*). A orientação do Papa Francisco é cristalina: «Acho que o problema essencial é como reconciliar o direito ao desenvolvimento, inclusive o social e cultural, com a proteção das características próprias dos indígenas e dos seus territórios. [...] Nesse sentido, deveria prevalecer sempre o direito ao consenso prévio e informado» (*Fr.FPI*).

Paralelamente, os povos indígenas, camponeses e outros setores populares em nível regional na Amazônia e em nível nacional em cada país, organizaram processos políticos em torno de agendas baseadas em seus direitos humanos. A situação do direito ao território dos povos indígenas na Pan-Amazônia gira em torno de um problema constante, que é a falta de regularização de terras e do reconhecimento de sua propriedade ancestral e coletiva. Em consequência disso, não existe no território em questão uma interpretação integralmente articulada com a dimensão da cultura e cosmovisão de cada povo ou comunidade indígena.

Proteger os povos indígenas e seus territórios é uma exigência ética fundamental e um compromisso básico dos direitos humanos. Para a Igreja, esse compromisso é um imperativo moral coerente com o enfoque da “ecologia integral” de *Laudato si’* (cf. *LS*, cap. IV).

6. Espiritualidade e sabedoria

Para os povos indígenas da Amazônia, o *bem viver* existe quando estão em comunhão com as outras pessoas, com o mundo, com os seres de seu entorno e com o Criador. Os povos indígenas, realmente, vivem no interior da casa que Deus mesmo criou e lhes deu como presente: a Terra. Suas diversas espiritualidades e crenças os motivam a viver uma comunhão com a terra, a água, as árvores, os animais, com o dia e a noite. Os anciãos sábios, segundo as diferentes culturas chamados *pajé*, *curandeiro*, *mestre*, *wayanga* ou *xamã* – entre outros – promovem a harmonia das pessoas entre si e com o cosmo. Todos eles são «memória viva da missão que Deus nos confiou a todos: cuidar da Casa Comum» (*Fr.PM*).

Os indígenas amazônicos cristãos entendem a proposta do *bem viver* como vida plena no horizonte da colaboração na criação do Reino de Deus. Esse *bem viver* será alcançado somente quando se realizar o projeto comunitário em defesa da vida, do mundo e de todos os seres vivos.

«Mas somos chamados a tornar-nos os instrumentos de Deus Pai para que o nosso planeta seja o que Ele sonhou ao criá-lo e corresponda ao seu projeto de paz, beleza e plenitude» (*LS* 53).

Esse sonho começa a ser construído dentro da família, que é a primeira comunidade da nossa existência: «A família é e sempre foi a instituição social que mais contribuiu para manter vivas as nossas culturas. Em períodos de crises passadas, face aos diferentes imperialismos, a família dos povos indígenas foi a melhor defesa da vida» (*Fr.PM*).

No entanto, é necessário reconhecer que na região amazônica existe uma grande diversidade cultural e religiosa. Se por um lado, em sua maioria, promovem o *bem viver* como um projeto de harmonia entre Deus, os povos e a natureza, por outro lado existem também algumas seitas que, motivadas por interesses alheios ao território e a seus habitantes, nem sempre favorecem uma ecologia integral.

II. DISCERNIR. PARA UMA CONVERSÃO PASTORAL E ECOLÓGICA

7. Anunciar o Evangelho de Jesus na Amazônia: dimensão bíblico-teológica

Hoje, a realidade específica da Amazônia e de sua sorte interpela cada pessoa de boa vontade sobre a identidade do cosmo, sua harmonia vital e seu futuro. Os Bispos da América Latina e do Caribe reconhecem «a natureza como herança gratuita» e, «como profetas da vida» (*ibid.*) assumem seu compromisso de proteger a Casa Comum da criação (*cf. DAp 471*).

Os relatos bíblicos contêm algumas afirmações teológicas portadoras de valores universais. Sobre tudo, cada realidade criada existe para a vida e tudo que conduz à morte se opõe à vontade divina. Em segundo lugar, Deus estabelece uma relação de comunhão com o ser humano «criado segundo a sua imagem e semelhança» (*Gn 1,26*), e lhe confia a proteção da criação (*cf. Gn 1,28;2,15*): «Dar graças pelo dom da criação, reflexo da sabedoria e da beleza do Logos criador [...] que encomendou ao ser humano sua obra criadora para que a cultivasse e a guardasse» (*Gn 2,15*)» (*DAp 470*). Finalmente, contra a harmonia da relação entre Deus, o ser humano e o cosmo, se põe a desarmonia da desobediência e do pecado (*cf. Gn 3,1-7*), que produz o medo (*cf. Gn 3,8-10*) e a rejeição do outro (*cf. Gn 3,12*), a maldição da terra (*cf. Gn 3,17*), a exclusão do Jardim (*cf. Gn 3,23-24*), até chegar à experiência do fratricídio (*cf. Gn 4,1-16*).

Ao mesmo tempo, os relatos bíblicos testemunham que na criação ferida está plantado o embrião da promessa e a semente da esperança, porque Deus não abandona a obra de suas mãos. Na história da salvação, Ele renova o propósito de “fazer uma aliança” entre o ser humano e a Terra, renovando através do dom da Torá a beleza da criação. Tudo isso culmina na pessoa e na missão de Jesus. Enquanto mostra compaixão pela humanidade e sua fragilidade (*cf. Mt 9,35-36*), Ele confirma a bondade de todas as coisas criadas (*cf. Mc 7,14-15*). Os milagres realizados sobre os enfermos e sobre a natureza revelam, ao mesmo tempo, a providência do Pai e a bondade da criação (*cf. Mt 6,9-15.25-34*).

O mundo criado nos convida a louvar a beleza e a harmonia das criaturas e do Criador (*cf. LS 12*). Como aponta o Catecismo da Igreja Católica: «Cada criatura possui sua bondade e sua perfeição próprias», e em seu próprio ser reflete «um raio da sabedoria e da bondade infinitas de Deus» (*CCC n. 339*). «O solo, a água [...]: tudo é carícia de Deus» (*LS84*), canto divino, cujas letras estão conformadas pela «multidão das criaturas presentes no universo», como se expressou São João Paulo II (*Catequese, 30/1/2002*). Quando qualquer uma dessas criaturas é extinta por causas humanas, já não pode mais cantar seu louvor ao Criador (*cf. LS 33*).

A providência do Pai e a bondade da criação alcançam seu ponto culminante no mistério da encarnação do Filho de Deus, que se aproxima e abraça todos os contextos humanos, mas sobretudo o dos mais pobres. O Concílio Vaticano II menciona esta proximidade contextual com palavras como *adaptação* e *diálogo* (cf. *GS* 4, 11; *CD* 11; *UR* 4; *SC* 37ss) e *encarnação* e *solidariedade* (cf. *GS* 32). Mais tarde, em particular na América Latina, essas palavras foram traduzidas como *opção pelos pobres* e *libertação* (Medellín 1968), *participação* e *comunidades de base* (Puebla 1979), *inserção* e *inculturação* (Santo Domingo 1992), *missão* e *serviço* de uma Igreja samaritana e advogada dos pobres (Aparecida 2007).

Com a morte e ressurreição de Jesus se ilumina o destino da criação inteira, impregnado do poder do Espírito Santo, já evocada na tradição sapiencial (cf. *Sb* 1,7). A Páscoa leva ao cumprimento o projeto de uma “criação nova” (cf. *Ef* 2,15; 4,24), revelando Cristo como Palavra criadora de Deus (cf. *Jn* 1,1-18) porque «tudo foi criado por ele e para ele» (*Cf* 1,16). «Segundo a compreensão cristã da realidade, o destino da criação inteira passa pelo mistério de Cristo, que nela está presente desde a origem» (*LS* 99).

A tensão entre o “já” e o “ainda não” envolve a família humana e o mundo inteiro: «De fato, toda a criação espera ansiosamente a revelação dos filhos de Deus; pois a criação foi sujeita ao que é vão e ilusório, não por seu querer, mas por dependência daquele que a sujeitou. Também a própria criação espera ser libertada da escravidão da corrupção, em vista da liberdade que é a glória dos filhos de Deus. Com efeito, sabemos que toda a criação, até o presente, está gemendo como que em dores de parto» (*Rm* 8,19-22). No mistério pascal de Cristo, a criação inteira se estende até um cumprimento final, quando «as criaturas deste mundo já não nos aparecem como uma realidade meramente natural, porque o Ressuscitado as envolve misteriosamente e guia para um destino de plenitude. As próprias flores do campo e as aves que Ele, admirado, contemplou com os seus olhos humanos agora estão cheias da sua presença luminosa» (*LS*100).

8. Anunciar o Evangelho de Jesus na Amazônia: dimensão social

A missão evangelizadora tem sempre um «conteúdo inevitavelmente social» (*EG* 177). Crer em um Deus Trino nos convida sempre a ter presente «que somos criados à imagem desta comunhão divina, pelo que não podemos realizar-nos nem nos salvar sozinhos» (*EG* 178). De fato, «a partir do coração do Evangelho reconhecemos a conexão íntima que existe entre evangelização e promoção humana» (*EG* 178), entre a aceitação e a transmissão do amor divino. Destarte, se aceitamos o amor de Deus Pai Criador, que nos conferiu uma dignidade infinita, o amor de Deus Filho, que nos enobreceu com sua redenção, e o amor do Espírito Santo, que permeia e liberta todos os vínculos humanos, não podemos senão comunicar tal amor trinitário respeitando e promovendo a dignidade, a nobreza e a liberdade de cada ser humano em cada ação evangelizadora (cf. *EG* 178). Em outras palavras, a tarefa evangelizadora de receber e transmitir o amor de Deus começa com o desejo, a procura e o cuidado dos outros (cf. *EG* 178).

Portanto, evangelizar implica comprometer-se com nossos irmãos e irmãs, melhorar a vida comunitária, e assim «tornar o Reino de Deus presente no mundo» (*EG* 176), promovendo por e para todo o mundo (cf. *Mc* 16, 15) não «uma caridade por receita» (*EG* 180), senão um verdadeiro desenvolvimento humano integral, ou seja, para todas as pessoas e para a pessoa toda (cf. *PP* 14 e *EG* 181). Isso é o que se conhece como o «critério de universalidade» da tarefa evangelizadora, «dado que o Pai quer que todos os homens se salvem; e o seu plano de salvação consiste em `submeter tudo a Cristo, reunindo Nele o que há no céu e na terra´ (*Ef* 1,10).[...] Toda a criação significa também todos os aspectos da vida humana» (*EG* 181), todas as suas relações.

Já nas histórias bíblicas da criação consta que a existência humana se caracteriza por «três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a Terra. [...] Estas três relações vitais romperam-se não só exteriormente, mas também dentro de nós. Esta ruptura é o pecado» (LS 66). A redenção de Cristo, que venceu o pecado, oferece a possibilidade de harmonizar tais relações. A «missão do anúncio da Boa-Nova de Jesus Cristo», portanto, promove esperança não só no fim da história, senão no curso mesmo da história dos povos, numa história que valoriza e recompõe todas as relações de nossa existência (cf. EG 181). Com este ponto de partida, a tarefa evangelizadora nos convida a trabalhar contra as desigualdades sociais e a falta de solidariedade através da promoção da caridade e da justiça, da compaixão e do cuidado, entre nós, sim, mas também com os outros seres, animais e plantas, e com toda a criação. A Igreja é chamada a acompanhar e partilhar a dor do povo amazônico, e a colaborar para a cura de suas feridas, assim realizando sua identidade de Igreja samaritana, segundo a expressão do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (cf. DAp 26).

Esta dimensão social – e até cósmica – da missão evangelizadora é particularmente relevante no território amazônico, onde a articulação entre vida humana, ecossistemas e vida espiritual foi e continua sendo evidente para a grande maioria de seus habitantes. A destruição, que é «um rastro de dilapidação, inclusive de morte por toda a região [...] coloca em perigo milhões de pessoas, em especial do hábitat dos camponeses e indígenas» (DAp 473). Não cuidar da Casa Comum «é uma ofensa ao Criador, um atentado contra a biodiversidade e, definitivamente, contra a vida» (DAp125).

Ao colocarmos cada verdade do Evangelho «em relação com a totalidade harmoniosa da mensagem cristã», nos lembra o Papa Francisco, «não é preciso mutilar a integridade da mensagem do Evangelho» (EG 39). Sua integralidade harmoniosa, precisamente, «requer do evangelizador certas atitudes que ajudam a acolher o anúncio: proximidade, abertura ao diálogo, paciência, acolhida cordial» (EG 165), e, sobretudo, assumir e assimilar o fato de que «tudo está interligado» (LS 91, 117, 138, 240). Isso implica que o evangelizador deve promover projetos de vida pessoal, social e cultural que permitam nutrir a integralidade de nossas relações vitais com os outros, com a criação e com o Criador. Esse chamado necessita de forma conjunta a escuta atenta do clamor dos pobres e da Terra (cf. LS 49).

Hoje, o grito da Amazônia ao Criador é semelhante ao grito do Povo de Deus no Egito (cf. Ex 3,7). É um grito desde a escravidão e o abandono, que clama por liberdade e pela escuta de Deus. É um grito que pede a presença de Deus, especialmente quando os povos amazônicos, ao defenderem suas terras, se confrontam com a criminalização de seu protesto, tanto por parte das autoridades como pela opinião pública; ou quando são testemunhas da destruição da floresta tropical, que constitui seu hábitat milenar; ou quando as águas de seus rios se enchem com espécies de morte em lugar de vida.

9. Anunciar o Evangelho de Jesus na Amazônia: dimensão ecológica

«O Reino que se antecipa e cresce entre nós abrange tudo» (EG 181), e nos recorda de que «tudo está estreitamente interligado no mundo» (LS 16). Portanto, o «princípio de discernimento» de evangelização está vinculado a um processo integral de desenvolvimento humano (cf. EG 181). Esse processo está caracterizado, como o descreve *Laudato si* (cf. n. LS 137-142), por um paradigma relacional denominado *ecologia integral*, que articula os vínculos fundamentais que possibilitam um verdadeiro desenvolvimento.

O primeiro grau de articulação para um autêntico progresso é o vínculo intrínseco entre o campo social e o ambiental. O fato de nós seres humanos fazermos parte dos ecossistemas que

facilitam as relações que dão vida a nosso planeta, o cuidado desses ecossistemas – nos quais tudo está interligado –, é fundamental para promover a dignidade de cada indivíduo e o bem comum da sociedade, tanto no progresso social quanto no cuidado ambiental.

Na Amazônia, a noção de ecologia integral é chave para responder ao desafio de cuidar da imensa riqueza de sua biodiversidade ambiental e cultural. Desde o ponto de vista ambiental, a Amazônia, além de ser «fonte de vida no coração da Igreja» (*REPAM*), é um pulmão do planeta e a região de maior biodiversidade do mundo (cf. *LS 38*). De fato, a bacia Amazônica possui a última floresta tropical que, apesar das intervenções que sofreu e está sofrendo, abrange a maior superfície florestal existente nos trópicos da nossa Terra. Reconhecer o território amazônico como bacia além das fronteiras dos países facilita a visão integral da região, o que é essencial para a promoção de seu desenvolvimento e de uma ecologia integral.

Do ponto de vista cultural, como foi descrito na primeira parte (*Ver*), a Amazônia é particularmente rica pelas ancestrais e contemporâneas cosmovisões de seus povos. Este patrimônio cultural, que faz «parte da identidade comum» da região, se encontra tão «ameaçado» quanto seu patrimônio ambiental (cf. *LS 143*). As ameaças têm sua origem – principalmente – numa «visão consumista do ser humano, incentivada pelos mecanismos da economia globalizada atual, [que] tende a homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da humanidade» (*LS 144*).

Portanto, o processo de evangelização da Igreja na Amazônia não pode ser separado da promoção do cuidado do seu território (natureza) e de seus povos (culturas). Por causa disso, esse processo necessita estabelecer pontes que podem articular os saberes ancestrais aos conhecimentos contemporâneos (cf. *LS 143-146*), particularmente àqueles que se referem ao manejo sustentável do território e ao desenvolvimento de acordo com os próprios sistemas de valores e culturas dos habitantes desse espaço. Estes devem ser reconhecidos como seus genuínos guardiões, e até como seus proprietários.

Mas a ecologia integral é mais que a mera articulação entre o social e o ambiental. Compreende a necessidade de se promover uma harmonia pessoal, social e ecológica, para a qual necessitamos de uma conversão pessoal, social e ecológica (cf. *LS 210*). Por conseguinte, a ecologia integral nos convida a uma conversão integral. «Isto exige [...] reconhecer os próprios erros, pecados, vícios [...] negligências» e omissões com as quais «ofendemos a criação de Deus», e «arrepender-se de coração» (*LS 218*). Quando tivermos consciência de como nosso estilo de vida e nossa maneira de produzir, comerciar, consumir e desejar afetam a vida do nosso ambiente e de nossas sociedades, só então poderemos iniciar uma transformação com horizonte integral.

Mudar o rumo ou converter-se integralmente não se esgota através de uma conversão individual. Uma mudança profunda do coração, que se expressa em mudanças de hábitos pessoais, é tão necessária quanto uma mudança estrutural que esteja embutida em hábitos sociais, em leis e em programas econômicos convencionados. Na hora de se promover essa transformação radical de que a Amazônia e o planeta necessitam, os processos de evangelização têm muito a contribuir, sobretudo pela profundidade com que o Espírito de Deus atinge a natureza e os corações das pessoas e dos povos.

10. Anunciar o Evangelho de Jesus na Amazônia: dimensão sacramental

Enquanto a Igreja reconhece a grande hipoteca e o poder do pecado, sobretudo na destruição social e ambiental, não se desanima em sua caminhada com o povo amazônico, e se compromete,

apoiada na graça de Cristo, a superar a fonte do pecado. Um olhar contemplativo da Igreja e uma prática sacramental correspondente são chaves para a evangelização na Amazônia.

«O universo desenvolve-se em Deus, que o preenche completamente. E, portanto, há um mistério a contemplar numa vereda, no orvalho, no rosto do pobre» (LS 233). Quem sabe contemplar «o que há de bom nas coisas e experiências do mundo» (LS 234) descobre a íntima conexão de todas essas coisas e experiências com Deus. Através dela, a comunidade cristã, especialmente na Amazônia, está convidada a ver a realidade comum com olhar contemplativo, pelo qual se podem perceber a presença e a ação de Deus em toda criação e em toda história.

Além disso, já que «os sacramentos constituem um modo privilegiado em que a natureza é assumida por Deus e transformada em mediação da vida sobrenatural», suas celebrações são um convite permanente a «abraçar o mundo num plano diferente» (LS 235). Por exemplo, a celebração do Batismo nos convida a considerar a importância da “água” como fonte de vida e não só como instrumento ou recurso material. O Batismo responsabiliza a comunidade de fé pelo cuidado deste elemento como dom de Deus para todo o planeta. Ademais, dado que a água do Batismo purifica o batizado de todos os pecados, sua celebração permite à comunidade cristã assumir o valor da água e do rio como fonte de purificação, facilitando a inculturação dos ritos relacionados à água da sabedoria ancestral dos povos amazônicos.

A celebração da Eucaristia nos convida a redescobrir como «no apogeu do mistério da Encarnação, o Senhor quer chegar ao nosso íntimo através de um pedaço de matéria» (LS 236). A Eucaristia, por conseguinte, nos remete ao «centro vital do universo», ao foco «transbordante de amor e de vida sem fim», ao «Filho encarnado», presente nas espécies de pão e vinho, fruto da “terra videira” e do trabalho dos homens (cf. LS 236). Na Eucaristia, a comunidade celebra um amor cósmico, no qual os seres humanos, junto ao Filho de Deus encarnado e a toda a criação, dão graças a Deus pela vida nova em Cristo ressuscitado (cf. LS 236). Dessa forma, a Eucaristia constitui a comunidade – uma comunidade peregrina festiva, que se torna «fonte de luz e motivação para as nossas preocupações pelo meio ambiente, e leva-nos a sermos guardiões da criação inteira» (LS 236). Ao mesmo tempo, o sangue de tantos homens e mulheres que foi derramado, banhando as terras amazônicas, pelo bem de seus habitantes e do território, se une ao Sangue de Cristo, derramado por todos e por toda a criação.

11. Anunciar o Evangelho de Jesus na Amazônia: dimensão eclesial-missionária

Numa «Igreja em saída» (cf. EG 46), «missionária por natureza» (AG 2, DAp 347), todos os batizados têm a responsabilidade de ser discípulos missionários, participando de modo diverso e em âmbitos distintos. De fato, uma das riquezas da consciência magisterial da Igreja é a de «anunciar sempre e por toda a parte os princípios morais, mesmo referentes à ordem social, e pronunciar-se a respeito de qualquer questão humana, enquanto o exigirem os direitos fundamentais da pessoa humana ou a salvação das almas» (CIGC 2032; CDC, cân. 747).

O louvor a Deus precisa estar acompanhado da prática da justiça a favor dos pobres. Como proclama o Salmo 146 (145): «Louva o Senhor, minha alma, louvarei o Senhor enquanto eu for vivo», ao Deus que «livra os prisioneiros», que «dá alimento a quem tem fome», que «ampara o órfão e a viúva». Essa missão necessita da participação de todos, e uma reflexão ampla que permita contemplar as condições históricas concretas tanto sociais, quanto ambientais e eclesiais. Nessa perspectiva, um enfoque missionário na Amazônia requer, mais que nunca, um magistério eclesial exercido na escuta do Espírito santo, que garante unidade e diversidade. Essa unidade na diversidade, seguindo a tradição da Igreja, está estruturalmente permeada pelo que se conhece como *sensus fidei* do Povo de Deus.

O Papa Francisco retomou esse aspecto enfatizado pelo Concílio Vaticano II (cf. *LG 12; DV 10*), recordando que «em todos os batizados, desde o primeiro ao último, atua a força santificadora do Espírito que impele a evangelizar. O povo de Deus é santo em virtude desta unção, que o torna infalível «*in credendo*». Isso significa que «ao crer, não pode enganar-se [...]. Deus dota a totalidade dos fiéis com um *instinto da fé* – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus» (*EG 119*).

Esse discernimento deve ser acompanhado pelos pastores, especialmente pelos Bispos. De fato, a preservação da Tradição eclesial, realizada por todo o Povo de Deus, exige a unidade deste Povo com seus pastores (cf. *DV 10*) para a leitura e o discernimento das novas realidades. É dos bispos, como princípio de unidade do povo de Deus (cf. *LG 23*), a responsabilidade de manter a unidade da tradição, que tem a sua origem e base nas Sagradas Escrituras (cf. *DV 9*).

Assim, o sentido religioso da Amazônia, como exemplo de expressão do *sensus fidei*, necessita do acompanhamento e da presença dos pastores (cf. *EN 48*). Quando o Papa Francisco se encontrou com os povos da Amazônia em Puerto Maldonado, se expressou assim: «Quis vir visitar-vos e escutar-vos, para estarmos juntos no coração da Igreja, solidarizarmo-nos com os vossos desafios e, convosco, reafirmarmos uma opção sincera em prol da defesa da vida, defesa da terra e defesa das culturas». Os representantes dos povos presentes, por sua parte, responderam ao Papa: «Nós viemos para escutar Sua Santidade, e para estar junto com o Papa no coração da Igreja e participar na edificação desta Igreja para que tenha cada vez mais um rosto amazônico». Nessa escuta recíproca entre o Papa (e autoridades eclesiais) e os representantes do povo amazônico, se alimenta e se fortalece o *sensus fidei* do Povo e cresce seu ser eclesial: «Precisamos nos exercitar na arte de escutar, que é mais do que ouvir» (*EG 171*).

A Assembleia Especial para a Região Pan-Amazônica precisa de um grande exercício de escuta recíproca, que se faça especialmente entre o Povo fiel e as autoridades do magistério da Igreja. E um dos pontos principais a ser escutado será o lamento «de milhares dessas comunidades privadas da Eucaristia dominical por longos períodos» (*DAp 100e*). Confiamos que a Igreja, enraizada em suas dimensões sinodal e missionária (cf. Francisco, *Discurso para comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*, 17.10.2015), possa gerar processos de escuta (*ver-escutar*) e processos de discernimento (*julgar*) capazes de responder (*atuar*) às realidades concretas dos povos amazônicos.

III. AGIR. NOVOS CAMINHOS PARA UMA IGREJA COM ROSTO AMAZÔNICO³

12. Igreja com rosto amazônico

«Ser Igreja significa ser povo de Deus» (*EG 114*), encarnado «nos povos da Terra» (*EG 115*) e em suas culturas. Portanto, a universalidade ou catolicidade da Igreja vê-se enriquecida com «a beleza deste rosto pluriforme» (*NMI 40*) das diferentes manifestações de suas Igrejas e suas culturas. O Papa Francisco, em seu encontro com comunidades amazônicas em Puerto Maldonado, se expressou assim: «Nós, que não habitamos nestas terras, precisamos da vossa sabedoria e dos vossos conhecimentos para podermos penetrar, sem o destruir, o tesouro que encerra esta região, ouvindo ressoar as palavras do Senhor a Moisés: `Tira as tuas sandálias dos pés, porque o lugar em que estás é uma terra santa´» (*Ex 3, 5; Fr.PM*).

A Igreja é chamada a aprofundar sua identidade em correspondência às realidades de seu próprio território e a crescer em sua espiritualidade escutando a sabedoria de seus povos. Por

isso, a Assembleia Especial para a Região Pan-Amazônica é chamada a encontrar novos caminhos para fazer crescer o rosto amazônico da Igreja e também para responder às situações de injustiça da região, como o neocolonialismo configurado pelas indústrias extrativistas, pelos projetos de infraestrutura que destroem sua biodiversidade e pela imposição de modelos culturais e econômicos estranhos à vida dos povos.

Com a atenção focada no local e na diversidade das microestruturas vivenciais da região, a Igreja se fortalece como contraponto em face da globalização da indiferença e de sua lógica uniformizadora, promovida por muitos meios de comunicação e por um modelo econômico que não respeita os povos amazônicos nem seus territórios em sua diversidade.

Por sua parte, as Igrejas locais, que são também Igrejas missionárias, igrejas em saída, encontram em suas próprias periferias, lugares privilegiados de experiência evangelizadora, «onde fazem mais falta a luz e a vida do Ressuscitado» (EG 30). Nessas periferias os missionários se encontram com os marginalizados, os fugitivos e os refugiados, com os desesperados, os excluídos, portanto com Jesus Cristo crucificado e exaltado, que «quis identificar-se, num gesto de ternura particular, com os mais fracos e os mais pobres» (DP 196).

Durante a preparação mais próxima ao Sínodo, buscar-se-á identificar experiências pastorais locais, tanto positivas como negativas, que podem iluminar o discernimento para as novas linhas de ação.

13. Dimensão profética

Em face da atual crise socioambiental, surgem luzes de orientação e ação para que se possa implementar a transformação de práticas e atitudes.

É necessário superar a miopia, o imediatismo e as soluções a curto prazo. Faz-se necessária uma perspectiva global e a superação dos interesses particulares para que se possa partilhar e assumir com responsabilidade um projeto comum e global.

«Tudo está interligado» (LS 16, 91, 117, 138, 240) é a grande insistência do Papa Francisco para facilitar o diálogo com as raízes espirituais das grandes tradições religiosas e culturais. Desenha-se um consenso em torno de uma agenda mínima, que inclui, entre outros itens: desenvolvimento integral e sustentável, como foi descrito em pontos anteriores, criação de gado e agricultura sustentáveis, energia limpa, respeito às identidades e aos direitos dos povos tradicionais, água potável para todos. Esses direitos são exigências fundamentais, frequentemente ausentes na Pan-Amazônia.

Deve haver um equilíbrio, e a economia deve priorizar a vocação por uma vida humana digna. Isso significa que uma relação equilibrada deve cuidar do ambiente e da vida dos mais vulneráveis. Na atualidade há «uma única e complexa crise socioambiental» (LS 139).

A Encíclica *Laudato si'* (cf. LS 216ss.) nos convida a uma conversão ecológica que implica um novo estilo de vida, cujo foco é o outro. Urge praticar a solidariedade global e superar o individualismo, abrir novos caminhos de liberdade, verdade e beleza. Conversão significa libertar-nos da obsessão do consumo. «Comprar é sempre um ato moral, para além de econômico» (LS 206). A conversão ecológica exige assumir a mística da interligação e interdependência de tudo que foi criado e dado. A gratuidade se impõe em nossas atitudes quando entendemos a vida como dom de Deus. Abraçar a vida em solidariedade comunitária pressupõe uma transformação do coração.

Este novo paradigma abre perspectivas de transformação pessoal e social. A felicidade e a paz são possíveis quando não estamos tomados pela obsessão do consumo. O Papa Francisco considera que uma relação harmoniosa com a natureza nos proporciona «sobriedade feliz» (LS 224s), paz consigo mesmo, em relação ao bem comum, e uma serena harmonia que implica contentar-se com o realmente necessário. Isso é algo que as culturas ocidentais podem, e, oxalá, devem aprender das culturas tradicionais amazônicas, assim como de outros territórios e comunidades deste planeta. Eles, os povos tradicionais, «têm muito para nos ensinar» (EG 198). Com seu amor para com sua terra e sua relação com os ecossistemas, amam o Deus Criador, fonte de vida; «nas suas próprias dores conhecem Cristo sofredor» (EG 198). Em sua compreensão da vida social como diálogo, estão inspirados pelo Espírito Santo. Apontando para essa realidade, o Papa Francisco afirmou que «é necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles» e por suas culturas, e que a tarefa da nova evangelização nos leva «não só a emprestar-lhes nossa voz nas suas causas, mas também a ser seus amigos, a escutá-los, a compreendê-los e a acolher a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles» (EG 198). Seus ensinamentos, em consequência, poderiam marcar o rumo das prioridades para os novos caminhos da Igreja na Amazônia.

14. Ministérios com rostos amazônicos

Através de muitos encontros regionais na Amazônia, a Igreja católica aprofundou a consciência de que sua universalidade se encarna na história e nas culturas locais. Desse modo, manifesta-se e atua a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica (cf. CD 11). Graças a essa consciência, hoje a Igreja tem seus olhos voltados para a Amazônia com uma visão de conjunto, que a faz descobrir os grandes desafios sociopolíticos, econômicos e eclesiais que ameaçam essa região, mas sem perder a esperança na presença de Deus, alimentada pela criatividade e perseverança tenaz de seus habitantes.

Nas últimas décadas, e com o grande impulso dado pelo *Documento de Aparecida*, a Igreja da Amazônia soube reconhecer que, por causa das imensas extensões territoriais, da grande diversidade de seus povos e das rápidas transformações dos cenários socioeconômicos, sua pastoral tinha e tem uma presença precária. No passado e hoje, continua sendo necessária uma maior presença. Isso significa que é preciso, a partir dos valores do Evangelho, tentar responder a tudo aquilo que é específico desta região, reconhecendo, entre outros elementos, a imensa extensão geográfica, muitas vezes de difícil acesso, a grande diversidade cultural e a forte influência de interesses nacionais e internacionais em busca de um enriquecimento econômico fácil, pelos recursos desta região. Uma missão encarnada exige repensar a presença escassa da Igreja em relação à imensidão do território e de sua diversidade cultural.

A Igreja com rosto amazônico deve «Procurar um modelo de desenvolvimento alternativo, integral e solidário, baseado em uma ética que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia natural e humana, que se fundamente no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens, e que supere a lógica utilitarista e individualista, que não submete os poderes econômicos e tecnológicos a critérios éticos» (DAp 474c). Portanto, é preciso animar todo o povo de Deus, que é partícipe da missão de Cristo, Sacerdote, Profeta e Rei (cf. LG 9; ClgC 783), para que não permaneça indiferente diante das injustiças da região e descubra na escuta do Espírito os novos caminhos almejados.

Esses novos caminhos para a pastoral da Amazônia exigem «relançar com fidelidade e audácia sua missão» (DAp 11) no território e «aprofundar o processo de inculturação» (EG 126). Os novos caminhos exigem que a Igreja na Amazônia faça propostas «valentes», que devam ter «ousadia» e «não ter medo», como nos pede o Papa Francisco. O perfil profético da Igreja, hoje,

mostra-se através de seu perfil ministerial e participativo, capaz de fazer dos povos indígenas e das comunidades amazônicas «os principais interlocutores» (LS 146) em todos os assuntos pastorais e socioambientais no território.

Para mudar a presença precária e transformá-la numa presença mais aprimorada e encarnada, faz-se necessário estabelecer uma hierarquia de urgências da Amazônia. O *Documento de Aparecida* menciona a necessidade de uma «coerência eucarística» (DAp 436) para a região amazônica, ou seja, que não exista somente a possibilidade de que todos os batizados possam participar da Missa dominical, mas também que cresçam novos céus e nova terra como antecipação do Reino de Deus na Amazônia.

Nesse sentido, o Vaticano II nos lembra que todo o povo de Deus participa do sacerdócio de Cristo, embora distinguindo sacerdócio comum do sacerdócio ministerial (cf. LG 10). Partindo daí, urge avaliar e repensar os ministérios que hoje são necessários para responder aos objetivos de «uma Igreja com rosto Amazônico e uma Igreja com rosto indígena» (Fr.PM). Uma prioridade é definir os conteúdos, métodos e atitudes para se constituir uma pastoral inculturada, capaz de responder aos grandes desafios no território. Outra é propor novos ministérios e serviços para os diferentes agentes de pastoral que respondem pelas tarefas e responsabilidades da comunidade. Nessa perspectiva, é preciso identificar o tipo de ministério oficial que pode ser conferido à mulher, levando em conta o papel central que hoje desempenham as mulheres na Igreja amazônica. Também é necessário promover o clero indígena e os que nasceram no território, afirmando sua própria identidade cultural e seus valores. Finalmente, é preciso repensar novos caminhos para que o Povo de Deus tenha melhor e frequente acesso à Eucaristia, centro da vida cristã (cf. DAp 251).

15. Novos caminhos

No processo de construir uma Igreja com rosto amazônico, sonhamos com os pés postos na terra dos nossos indígenas, e com os olhos abertos pensamos como será essa Igreja a partir da vivência da diversidade cultural dos povos. Os novos caminhos terão incidência sobre os ministérios, a liturgia e a teologia (Teologia Índia).⁴

A Igreja chegou aos povos movida pelo mandato de Jesus e pela fidelidade a seu Evangelho. Agora, precisa descobrir «com alegria e respeito as sementes do Verbo » (AG 11) na região.

Todo o povo de Deus, com seus Bispos e sacerdotes, missionários e missionárias, religiosos e leigos, é chamando a entrar com o coração aberto nesse novo caminho eclesial. Todos são chamados a conviver com as comunidades e a comprometer-se com a defesa de suas vidas, a amá-los e amar as suas culturas. Os missionários autóctones, e também os que vieram de fora, devem cultivar a espiritualidade de contemplação e de gratuidade, sentir com o coração e ver com os olhos de Deus os povos amazônicos e indígenas.

A espiritualidade praticada com os pés na terra oferece a possibilidade de encontrar a alegria e o gosto de conviver com os povos amazônicos. Assim, pode-se valorizar as riquezas culturais nas quais Deus semeou as sementes da Boa-Nova. Devemos ser capazes também de perceber as coisas que estão presentes nas culturas, e que, por serem históricas, necessitam de purificação, e capazes de trabalhar pela conversão individual e comunitária, cultivando o diálogo nos diferentes níveis. A espiritualidade profética e do martírio nos faz mais comprometidos com a vida dos povos e suas histórias passadas, e, olhando adiante a partir do tempo presente, com a construção de uma nova história.

Como Igreja, somos chamados a fortalecer o protagonismo dos próprios povos. Precisamos de uma espiritualidade intercultural que nos ajude a interagir com a diversidade dos povos e suas tradições. Devemos somar forças para cuidarmos juntos de nossa Casa Comum.

Entre os missionários autóctones e os que vêm de fora, requer-se uma espiritualidade de comunhão para aprender juntos a acompanhar as pessoas, escutando suas estórias, participando de seus projetos de vida, partilhando sua espiritualidade e assumindo suas lutas. Há de ser uma espiritualidade com o estilo de Jesus: simples, humana, dialogante e samaritana, que permita celebrar a vida, a liturgia, a Eucaristia, as festas, sempre respeitando os ritmos próprios de cada povo.

Animar uma Igreja com rosto amazônico implica, para os missionários, a capacidade de descobrir as sementes e frutos do Verbo já presentes na vida e na cosmovisão desses povos. Para isso, é necessária uma presença estável, o conhecimento da língua autóctone, de suas culturas e de sua experiência espiritual. Só assim a Igreja vai fazer presente a vida de Cristo nesses povos.

Para finalizar e lembrar as palavras do Papa Francisco, queríamos «pedir, por favor, a quantos ocupam cargos de responsabilidade em âmbito econômico, político ou social, a todos os homens e mulheres de boa vontade: sejamos `guardiões´ da criação, do desígnio de Deus inscrito na natureza, guardiões do outro, do ambiente; não deixemos que sinais de destruição e morte acompanhem o caminho deste nosso mundo!» (*Homilia na Missa do início do ministério petrino, 19.03.2013*).

Também queríamos pedir com as palavras do Papa Francisco aos povos da Amazônia: «Ajudai os vossos Bispos, ajudai os vossos missionários e as vossas missionárias a fazerem-se um só convosco e assim, dialogando com todos, podeis plasmar uma Igreja com rosto amazônico e uma Igreja com rosto indígena. Com esse espírito, convoquei um Sínodo para a Amazônia no ano de 2019» (*Fr.PM*).

QUESTIONÁRIO

A finalidade deste questionário é escutar a Igreja de Deus sobre os «novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral» na Amazônia. O Espírito fala através de todo o povo de Deus. Nessa escuta podem-se conhecer os desafios, as esperanças, as propostas e reconhecer os novos caminhos que Deus pede à Igreja nesse território. Este questionário está destinado aos pastores para que eles o respondam consultando o povo de Deus. Para esta finalidade são convidados a buscar os meios mais adequados segundo as respectivas realidades locais. O questionário está estruturado em três partes que correspondem às diferentes partes do “Documento Preparatório”: *ver, discernir-julgar, agir*.

I PARTE

1. Quais são os problemas mais importantes em sua comunidade: as ameaças e dificuldades para a vida, o território e a cultura?

2. À luz da *Laudato si'*: Como se configuram a biodiversidade e a sociodiversidade em seu território?
3. Como incidem ou não incidem essas diversidades em seu trabalho pastoral?
4. À luz dos valores do Evangelho: Que tipo de sociedade devemos promover e de que meios podemos dispor para isso, tendo em conta o mundo rural e o urbano e suas diferenças socioculturais?
5. Dada à enorme riqueza de sua identidade cultural: Quais são as contribuições, aspirações e desafios dos povos amazônicos em relação à Igreja e ao mundo?
6. Como essas contribuições podem ser incorporadas numa Igreja com rosto amazônico?
7. Como a Igreja deve acompanhar numa pastoral integral os processos de organização dos próprios povos, pensando na sua identidade, defesa de seus territórios e direitos?
8. Quais são as respostas da Igreja aos desafios da pastoral urbana no território amazônico?
9. Se existem em seu território "Povos Indígenas em Situação de Isolamento voluntário", qual deve ser a atuação da Igreja para defender a vida e os direitos desses povos?

II PARTE

1. Que esperança oferece a presença da Igreja às comunidades amazônicas para a vida, o território e a cultura?
2. Como promover uma ecologia integral, seja, ambiental, econômica, social, cultural e da vida cotidiana (cf. LS137-162) na Amazônia?
3. Como Jesus é Boa Notícia na vida, na família, na comunidade e na sociedade amazônicas, no contexto de sua igreja local?
4. Como a comunidade cristã pode responder ante a situações de injustiça, pobreza, desigualdade, violências (droga, exploração sexual, discriminação dos povos indígenas, migrantes etc.) e de exclusão?
5. Quais são os elementos próprios das identidades culturais que podem facilitar o anúncio do Evangelho na novidade do mistério de Jesus?
6. Quais são os caminhos que se podem seguir para inculturar nossa prática sacramental na experiência vivencial dos povos indígenas?

7. Como participa a comunidade dos fiéis, que é «missionária por sua própria natureza», e a seu modo específico, no magistério concreto e no cotidiano da Igreja na Amazônia?

III PARTE

1. Que Igreja sonhamos para a Amazônia?

2. Como imagina uma Igreja em saída e com rosto amazônico e que características ela deveria ter?

3. Existem espaços de expressão autóctone e de participação ativa na prática litúrgica de suas comunidades?

4. Um dos grandes desafios pastorais da Amazônia é a impossibilidade de celebrar a Eucaristia com frequência e em todos os lugares. Como responder a essa situação?

5. Como reconhecer e valorizar o papel dos leigos nos diferentes âmbitos pastorais (nos campos catequéticos, litúrgicos e sociais)?

6. Qual é o papel dos leigos nos diferentes âmbitos socioambientais no território?

7. O que deve caracterizar o anúncio e a denúncia proféticos na Amazônia?

8. O que deve caracterizar as pessoas que anunciam a Boa-Nova na Amazônia?

9. Quais são os serviços e os ministérios com rosto amazônico em sua jurisdição eclesiástica, e que características têm?

10. A seu ver, quais são os serviços e os ministérios com rosto amazônico que deveriam ser criados e promovidos?

11. De que maneira a vida consagrada pode contribuir com seus carismas para a construção de uma Igreja com rosto amazônico?

12. A participação das mulheres em nossas comunidades é de suma importância. Como reconhecer e valorizar essa participação no horizonte dos novos caminhos?

13. A religiosidade popular e, em particular, a devoção mariana – como se integram e como podem contribuir para os novos caminhos da Igreja na Amazônia?

14. Em que poderia consistir a contribuição dos meios de comunicação para a edificação de uma Igreja com rosto amazônico?

* * *

SIGLAS E ABREVIações

AG: *Ad gentes*, Decreto sobre a atividade missionária da Igreja (07.12.1965).

CCC: Catecismo da Igreja Católica (11.10.1992).

CIC: Código de Direito Canônico (25.01.1983).

CD: Concílio Ecumênico Vaticano II, Decreto sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja *Christus Dominus* (28.10.1965).

DAP: Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (2007).

DP: Documento de Puebla. III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1979).

DSD: Documento de Santo Domingo. IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1992).

DV: Concílio Ecumênico Vaticano II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a Revelação Divina 18.11.1965).

EG: *Evangelii gaudium*, Exortação Apostólica do Papa Francisco (24.11.2013).

EN: *Evangelii nuntiandi*, Exortação Apostólica do Papa Paulo VI (08.12.1975).

Fr.PM Discurso do Papa Francisco no Encontro com os povos da Amazônia, em Puerto Maldonado (19.01.2018).

Fr.EP: Discurso do Papa Francisco no Encontro com a População de Puerto Maldonado (19.01.2018).

Fr.FPI: Discurso do Papa Francisco aos participantes do III Fórum dos Povos Indígenas (15.02.2017).

GS: Concílio Ecumênico Vaticano II, Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de hoje *Gaudium et spes* (07.12.1965)..

LG: Concílio Ecumênico Vaticano II, Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen gentium* (21.11.2015).

LS: *Laudato si*, Carta Encíclica do Papa Francisco sobre o cuidado da Casa Comum (24.05.2015).

NMI: *Novo millennio ineunte*, Carta apostólica do Papa João Paulo II (06.01.2001).

PO: Concílio Ecumênico Vaticano II, Decreto sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros *Presbyterorum ordinis* (07.12.1965)

PP: Carta Encíclica do Papa Paulo VI sobre a necessidade de promover o desenvolvimento dos povos *Populorum progressio* (26.03.1967).

REPAM: Relatório executivo do Encontro de Fundação da Rede Eclesial Pan-Amazônica (12.09.2014, Brasília CNBB).

SC: Concílio Ecumênico Vaticano II, Constituição sobre a Sagrada Liturgia *acrosanctum Concilium* (04.12.1963)

UR: Concílio Ecumênico Vaticano II, Decreto sobre o Ecumenismo *Unitatis redintegratio* (21.11.1964).

1 Neste documento, os termos “indígenas”, “aborígenes” e “povos originários” são usados indistintamente.

2 Entende-se por Pan-Amazônia todo o território que compõe a região além da bacia dos rios.

3 Fonte: REPAM. Memórias do Encontro “Igreja com rosto amazônico e indígena”. Quito, Equador, 28-30/11/2017.